

KELMAN: Sessão aberta ao público traz transparência

Gerusa Marques
Brasília

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, que comanda há quatro anos as reuniões de diretoria no sistema aberto ao público, diz que a medida traz "transparência" e "afasta teorias conspiratórias". As reuniões da Aneel podem ser assistidas ao vivo por qualquer pessoa, seja pela internet ou no auditório da agência, em Brasília. Kelman explica que a reunião aberta permite que todos saibam por que o diretor tomou determinada decisão e evita especulações. Ele disse que a experiência foi positiva para a agência e não cogitaria mudar esse sistema.

Kelman ressalta, no entanto, que o que vale para a Aneel não se aplica necessariamente às outras agências. "Mas a reunião pública dá transparência ao processo decisório e afasta rumores e suposições. Fica absolutamente claro que aquilo não é um teatro, que a discussão é realmente espontânea. Todos sabem por que o diretor está votando de uma maneira ou de outra e não dá margem a especulação. O efeito é positivo, afasta teorias conspiratórias e de captura da agência".

Para ele, a reunião aberta não possibilita, pelo menos na Aneel, de alguém ter acesso a alguma informação privilegiada. "O que é perigoso nas relações de mercado é a informação fluir só para alguns segmentos e não para outros. Como as discussões são públicas, todo mundo pode saber o que está acontecendo, simultaneamente. Agora, que nós influenciemos o mercado com nossas decisões, é claro. É para isso que existimos", afirma.

Kelman ressalta que para a Aneel, a reunião de diretoria aberta ao público é uma grande conquista e "não cogitaria de mudar isso". "Quando cheguei na Aneel, tinha muitas dúvidas quanto a isso, porque é uma espécie de strip tease intelectual, o diretor se expõe completamente. Um diretor tem que ter muita autoconfiança e humildade para dizer quando não está entendendo. É como num tribunal, no STF é a mesma coisa, no Cade também. Os debates são pra valer. Tinha dúvidas se iria funcionar e logo me convenci que é um procedimento exemplar. Agora, cada realidade é uma realidade".

Anatel vai votar novo PGO em sessão pública no dia 16

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) decidiu atender ao pedido feito pelo presidente da Telefônica, Antônio Carlos Valente, e marcou sessão pública para o dia 16 para que o conselho diretor vote a proposta de reformulação do Plano Geral de Outorgas (PGO). O novo PGO promoverá a maior mudança do marco regulatório da telefonia fixa nos últimos 10 anos e permitirá a conclusão da compra da Brasil Telecom pela Oi.

A necessidade de tornar públicas todas as reuniões das agências reguladoras, de uma maneira geral, vem ganhando força nos últimos anos, principalmente pela pouca transparência no processo decisório de alguns desses órgãos. Este movimento se inspira na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que há quatro anos realiza semanalmente reuniões abertas ao público.

A decisão da Anatel, no entanto, se restringe à votação do PGO. As demais reuniões semanais do conselho diretor continuarão com o mesmo procedimento, com a presença apenas dos conselheiros e eventualmente de seus assessores diretos. Os conselheiros da Anatel não são muito simpáticos à abertura geral das reuniões. O conselheiro Pedro Jaime Ziller, relator do PGO, havia dito que não se opunha à abertura da sessão do PGO, mas que teria que pensar o que seria mais conveniente no caso das reuniões regulares.

O presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, já disse em mais de uma oportunidade que a agência trata de temas que têm alto impacto na Bolsa de Valores e que, por isso, não tem certeza se seria uma boa medida abrir todas as reuniões ao público. O conselheiro Plínio de Aguiar Júnior avalia que a Anatel perderia "o dinamismo" se as reuniões fossem abertas. "Não tenho resistência, mas não acho essencial." Os conselheiros Antônio Bedran e Emília Ribeiro evitaram a discussão, afirmando não terem opinião definida sobre o assunto.

MARQUES, G. KELMAN: Sessão aberta ao público traz transparência.
Agência Estado, 07/10/2008.